**JUSTIFICATIVA**

Professora Rosa Castro, notável educadora, nasceu em São Bento, a 6 de outubro de 1891, na Baixada Maranhense, cuja vida e vocação profissional foram marcadas pelo exercício do magistério e da atuação junto à juventude. Após uma vida de glórias, Rosa Castro faleceu em São Luís a 19 de abril de 1976, deixando um legado que inclui a valorização da educação pública e a promoção do acesso ao conhecimento. Sua história é preservada em registros familiares e em pesquisas acadêmicas, como o livro de Nazaré Farias (2010), que detalha sua vida e contribuições.

A professora Rosa Castro foi a mais importante figura feminina do magistério de nível médio do Maranhão, durante muitos anos do século XX. Foi patrona da Cadeira 1, da Academia Sambentuense, fundada pela escritora Maria de Nazaré Farias e colaboradora do Boletim da Associação Pedagógica, tendo publicado diversos trabalhos literários na imprensa maranhense. Em fevereiro de 1916, ela fundou e dirigiu a Escola Normal Rosa Castro, inicialmente localizada na Rua da Palma, 305, e posteriormente transferida para a Avenida Gomes de Castro (atual Praça Deodoro).

A escola funcionou até a década de 1980 e hoje o prédio abriga o Serviço Social do Comércio – Maranhão (SESC-MA). A escola contava com o curso normal, primário, pré-escolar e Jardim de Infância, onde recebiam crianças de 4, 5 e 6 anos de idade. Rosa Castro, filha do casal Othon Francisco Corrêa de Castro e Josefina Costa Castro, foi a penúltima de 11 irmãos. Foi alfabetizada pela irmã Noeme Castro e sua instrução formal se deu aos 9 anos de idade, na cidade de Belém. Em 1905, vem a se estabelecer na capital do Maranhão, iniciando seus estudos na Escola Normal do Estado, em São Luís, “[...] embora de pequena estatura e esbelta, Rosa, de grande inteligência, chamava a si, atenções como as de Tasso Fragoso, Benedito Leite e do próprio governador Luís Domingues” (Farias, 2010, p. 20).

No início do século XX, a participação feminina em posições de liderança educacional era limitada. A fundação de uma escola por Rosa Castro, em um ambiente político e intelectual dominado por homens, pode ser interpretada como um ato de pioneirismo e resistência à exclusão de gênero.

No campo da infância, Rosa Castro destaca-se pela Conferência, intitulada "As Crianças", realizada na Universidade Popular Maranhense, tratando, entre outras questões, sobre o método educativo. Posteriormente, a autora publicou o Livro de Lúcia (1924). Os registros literários de Rosa Castro, ainda nas décadas de 1920 e 1930, já a posicionam enquanto uma intelectual propagadora de um ideário moderno para a educação das crianças.  Rosa Castro, assim como outros intelectuais, teve uma profunda importância e significado na educação maranhense.

Além da imensa colaboração na educação das crianças, ela dedicou-se também ao ensino e à formação de professores, sendo reconhecida como uma das pioneiras nesse tipo de atuação, na educação maranhense. Sua escola foi um marco na formação de docentes, influenciando gerações e consolidando-se como uma instituição de referência. Foi nas esferas educacionais que Rosa Castro dá início à sua atuação eminentemente política, exercendo dois mandatos no Conselho Estadual de Educação.

[...] A Profª Rosa Castro atuou nos colegiados do Estado, sempre com muito destaque, tendo exercido dois mandatos no Conselho Estadual de Educação (1962-1966) e ambos como vice-presidente. Convém esclarecer que a presidência do Conselho, à época, era prerrogativa do secretário de Educação, que na maioria das sessões não se fazia presente, pela sobrecarga de sua agenda, cabendo, portanto, à vice-presidência a execução da maior parte das atividades do colegiado, logada àquela função (Motta, 2003, p. 23).

“Recebeu condecorações do Governo do Estado do Maranhão, (o Bumba-meu-boi de prata e a Medalha do Mérito Timbira), da Loja ‘O Grande Oriente da Maçonaria’ e do Rotary Club de São Luís (Medalha de Honra ao Mérito)” (Motta, 2003, p.24).

Professora Rosa Castro, por proposta do vereador são-bentuense, José Cupertino de Araújo, recebeu a 10 de novembro de 1960, merecidamente o título de cidadã de São Luís. Possuidora das condecorações ‘Cruz da Benemerência’, conferida pelo Grão Mestre da Ordem do Oriente; ‘Medalha do Mérito Timbiras’, concedida pelo amigo Governador Newton Bello que, durante todo governo a nomeou componente do Conselho Estadual (Melo, 2021, p.288).

“Ao trilhar a trajetória da professora Rosa Castro, descortinamos suas marcas e contribuições na Educação em nosso Estado, enfrentado situações adversas, ao criar a Escola Normal Primária, formando gerações de professores e professoras [...]” (Costa; Castro, 2022, p.164). Segundo os autores Costa e Castro (2022) a sua dedicação ao trabalho da docência, revela-nos o significado do ser e fazer-se professora no Maranhão, **em seu tempo e meio social**. Importante registrar que, ao mergulhar nas fontes, a fim de construir entendimentos sobre seu percurso nas primeiras décadas republicanas, suas zonas de silêncio e os espaços de enfrentamento construídos ao longo do tempo, permitem assinalar que o legado dessa personagem não se restringe somente “[...] à formação docente e, por conseguinte, ao atendimento da demanda por escolarização, tanto no litoral, como no sertão maranhense, mas especificamente, **no exemplo de uma pessoa que valorizava a educação**” (Motta, 2008, p.8). Desse modo, a história individual de Rosa Castro revela em sua constituição características da sociedade a qual pertence, bem como seus feitos nas questões educacionais, sociopolíticas e culturais, que nos permitem uma compreensão acerca da condição feminina de mulheres atuantes no espaço público por meio do ensino e destacaram-se pela autoridade docente edificada na vida laboral como professora normalista, escritora e diretora de escola.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é sua participação e mobilização na formação de associações de professoras normalistas à época (Costa e Castro, 2022). Nas palavras significativas de Santos (2017), (apud Costa e Castro, 2022 p. 111), essas iniciativas “[...] sinalizam um maior engajamento dessas mulheres e a construção de uma nova representação de si mesmas. Uma identidade profissional que as leva a se organizarem na busca de melhores condições de viver o ensino e a solidariedade de classe [...].” Nessa incursão, permaneceu um sabor de itinerário inacabado, pois o estudo aqui desenvolvido não se limita a mais uma história de mulheres-professoras, **ele é antes de tudo um apelo, um chamamento de atenção a uma proposta que deve ser continuada: a necessidade de incluirmos as mulheres na história da educação e sociopolítica. (Motta, 2003).**

**2 ROSA CASTRO E A CANDIDATURA**

De acordo com Pacheco (2007, p.57) “[...] a participação política feminina, em 1934, foi além do alistamento eleitoral, pois, nesse ano, algumas mulheres se candidataram para as eleições de 14 de outubro”. O cenário político maranhense, nesse momento, era composto por oito partidos políticos, existindo uma disputa muito intensa, amplamente divulgada pela imprensa. Esta era mais que um meio de difusão destas disputas, pois muitos periódicos eram de propriedade de políticos influentes da região, que se utilizavam de seus jornais para atacar diretamente seus adversários. Dessa forma, as eleições de 1934 contaram com a participação de algumas mulheres maranhenses, que, pela primeira vez, puderam concorrer aos cargos políticos (Pacheco, 2007).

De acordo com Sales (2020), a participação de Rosa Castro na política maranhense é um exemplo de resistência e pioneirismo. Ela abriu caminho para outras mulheres que, ao longo do século XX e XXI, lutariam por espaço e direitos políticos no Brasil. Sua história também reflete a complexidade da política maranhense durante a Primeira República, marcada por disputas oligárquicas, coronelismo e a exclusão de grandes parcelas da população, incluindo mulheres, do processo político.

Na primeira eleição após a conquista do voto feminino, realizada em 1934, o Maranhão elege duas mulheres: Hildenê Gusmão Castelo Branco, eleita pelo Partido Republicano, e Zuleide Fernandes Bogéa, pela União Republicana Maranhense (URM)31. Por esse partido, também se candidatou a professora Rosa Castro, reconhecida pela contribuição dada à educação do Maranhão, onde atuou durante muitos anos como vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Rosa Castro, no entanto, perdeu a eleição para a também professora Zuleide Bogéa por uma diferença de um voto (Motta, 2003 apud Ferreira, 2006).

No relato de Melo (2021), a Profª Rosa Castro ingressou na política partidária a convite de amigos e filiou-se à Liga Católica Maranhense, disputou uma cadeira de deputada constituinte pelo Partido Republicano (PRM), ala Unionista, elegeu-se deputada estadual no pleito de 14 de outubro de 1934, com oito mil, duzentos e um votos. No entanto, o TRE impugnou-lhe a proclamação e diploma, direito restabelecido por via de decisão do Superior Tribunal Eleitoral, em 12 de junho de 1935 (Melo, 2021, p.287). Sua candidatura representou um desafio às estruturas políticas tradicionais e um passo importante na luta pela participação feminina na política.

Desencantada com a política, por insistência dos correligionários, permitiu a inclusão de seu nome na chapa de vereadores, pela Legenda Viva o Maranhão, pela coligação PSD, URM e PSB, às eleições de 12 de março de 1937. Obteve 171 votos. Com o Golpe do Estado, em 1937, foram cassados todos os mandatos eletivos. Daí em diante passou a dedicar-se exclusivamente aos seus alunos (Melo, 2021, p.288).

Vê-se, com efeito, que os registros sobre sua candidatura são controversos, mas também reveladores do contexto histórico que atravessa o percurso de sua atuação política, tanto partidária quanto no sentido amplo e, especialmente, como educadora naquela quadra da história em que o protagonismo político das mulheres no Brasil era ainda mais atravessado por desafios e obstáculos. Avançamos em um momento histórico caracterizado pelo entendimento e nomeação de diferentes comportamentos, antes socialmente autorizados, como formas de violência, de modo que diversas passagens da história política de Rosa Castro podem ser compreendidas como violência política. No entanto, mesmo com todas essas adversidades, mulheres como Rosa Castro demonstraram coragem e determinação em lutar por seus direitos e espaço na política, abrindo caminhos para aquelas que viriam depois dela. Seu legado inspira novas gerações de mulheres a se envolverem na política e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. (Sales, 2020).

Rosa Castro é, portanto, uma figura emblemática na História do Maranhão e do movimento pela participação feminina na educação e na política brasileira. Sua trajetória merece ser lembrada e estudada como parte da luta por igualdade de gênero e democratização no país e vai além de suas conquistas educacionias. Ela representa a esperança de uma política mais justa, transparente e inclusiva no Maranhão. Sua atuação inspira não apenas mulheres, mas todos aqueles que acreditam na educação e na importância de renovar a política e de lutar por uma sociedade mais equitativa.

É importante enaltecê-la e de igual modo as professoras Hildenê Gusmão Castelo Branco e Zuleide Fernandes Bogéa que foram as percursoras do feminismo maranhense na política.